

## Resenha de “A voz do povo: uma longa história de discriminações”, de Carlos Piovezani

### Samuel Cavalcante da Silva

Doutorando pelo PPG em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0002-1087-4161>

### Fábio Tibúrcio Gonçalves

Doutorando pelo PPG em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0002-4251-7206>

**Resumo:** A presente resenha apresenta a obra recém-publicada pelo professor Carlos Piovezani, *A voz do povo: uma longa história de discriminações*. O livro, como proposto em seu título, faz uma genealogia das discriminações da voz do povo, culminando na análise de alguns enunciados produzidos pela mídia a respeito da voz do candidato, presidente e ex-presidente Lula. Buscamos fazer um apanhado geral de cada parte da obra, partindo da introdução até a conclusão, objetivando localizar o leitor no conteúdo apresentado por Piovezani e o caminho percorrido. A seguir, indicamos, pontualmente, algumas de nossas observações como leitores da obra.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso. Voz do Povo. Preconceito Linguístico.

**Abstract:** This review presents the work recently published by professor Carlos Piovezani, *The voice of the people: a long history of discrimination*. The book, as proposed in its title, makes a genealogy of the discrimination of the voice of the people, culminating in the analysis of some statements produced by the media regarding the voice of the candidate, president and ex-president Lula. We seek to make an overview of each part of the work, starting from the introduction to the conclusion, aiming to locate the reader in the content presented by Piovezani and the path taken. Below, we indicate, punctually, some of our observations as readers of the work.

**Keywords:** Discourse Analysis. People's voice. Linguistic prejudice.

PIOVEZANI, Carlos. **A voz do povo**: uma longa história de discriminações. Petrópolis: Vozes, 2020.

*A voz do povo: uma longa história de discriminações*, obra escrita por Carlos Piovezani, professor da Universidade Federal de São Carlos, publicada pela Editora Vozes, apresenta, como o título já propõe, a história das práticas de discriminação da voz popular, práticas essas que visam a deslegitimar a fala e a escuta populares. A obra está dividida da seguinte forma: Introdução; três capítulos com os seguintes títulos: 1. “Ouvir a voz do povo”, 2. “Breve genealogia da voz e escuta populares” e 3. “Retratos de um porta-voz popular na mídia brasileira”; e conclui com um epílogo, uma proposta reflexiva para uma possibilidade de luta e emancipação, com o título: “Uma metalinguagem da emancipação popular”. Além disso, conta com um prefácio escrito pelo professor Jean-Jacques Courtine e uma apresentação feita pelo professor Marc Angenot.

Nas páginas iniciais da introdução de seu livro, Piovezani ressalta que “[...] pretendemos demonstrar que os sentidos conferidos à voz do povo, mas também à sua escuta, ora se conservam com maiores ou menores modificações, ora se transformam ligeira ou profundamente de acordo com essas determinações linguísticas, históricas e sociais” (PIOVEZANI, 2020, p. 25). Disso resulta que, tanto a fala como também sua escuta, são resultados de uma contínua movência de construção e desconstrução histórica, na qual estão implicados fatores sociais, econômicos, jurídicos, culturais, políticos, ideológicos, morais, dentre tantos outros.

O autor sustenta a tese de que os sujeitos do povo conseguiram, por meio de muita luta, tardiamente e de forma insuficiente, conquistar algum espaço para se fazer ouvir sua voz, mas essa voz continua sendo calada e deslegitimada, constantemente, por aqueles que se identificam com as ideologias neoliberais, conservadoras e reacionárias.

Podemos dizer que *A voz do povo* se configura em um constante exercício de compreensão das práticas e das representações das vozes populares no ocidente, o que também resulta numa espécie de genealogia sobre a história das discriminações sofridas pelas classes sociais menos favorecidas. Nesse sentido, o autor demonstra como a fala popular foi alvo de estigmas e preconceitos, resultado de um lento processo histórico, com lastro nas desigualdades sociais e dominações políticas que, já em voga na Antiguidade, reverberam até os dias atuais. Partindo dessas premissas, a obra tem como escopo primeiro a busca por uma interpretação a respeito, tanto da

formação quanto da transformação, de um duradouro e contínuo processo histórico de perpetuação de depreciações das vozes populares.

O primeiro capítulo está subdividido em quatro tópicos. O primeiro, nomeado “A língua e a voz: filhas da escuta”, mostra que as diferentes sonoridades, nas diferentes línguas do mundo, bem como as diferentes sonoridades numa mesma língua, são sempre acometidas de valores que fabricam prestígios e discriminações. A partir desses valores, que são históricos, mas também políticos, desenvolvem-se mecanismos de distinção, os quais buscam marcar as diferenças não apenas como tais, mas, muitas das vezes, com superioridade e perversidade.

O segundo subtítulo, “Escutas, lutas e divisões sociais”, apresenta-nos reflexões a respeito dos julgamentos e das classificações da elite sobre as vozes pronunciadas pelo povo, revelando práticas e representações que têm por objetivo produzir diferenças e hierarquizações para justificar os aplausos e a recepção a determinadas vozes, enquanto outras devem ser desencorajadas e desaprovadas.

Em “Uma história política dos sentidos: os sons e os odores da distinção”, título do terceiro tópico, Piovezani faz uma rápida, mas precisa, abordagem sobre “a condição histórica do olfato e da escuta e algumas das lutas e divisões sociais que esses dois sentidos compreendem e contribuem para reforçar” (PIOVEZANI, 2020, p. 48). Essa história dos odores passa pela questão da “gestão burguesa dos odores”, em que o pobre e o trabalhador braçal perdem sua sensibilidade olfativa e, por isso, não percebem seus próprios odores; e pelo processo de higienização do pobre, no qual se estabelece uma relação cristalizada entre as virtudes olfativas e morais, que vão desaguar em dois enunciados: “eu sou pobre, mas sou limpo” e “eu sou pobre, mas sou honesto”. Assim como não se quer sentir o cheiro do pobre, também não se quer ouvir sua voz.

O último tópico do primeiro capítulo, “Falas e silêncios no chão da fábrica”, demonstra o roubo do exercício da linguagem, limitando a voz do operário a responder o que lhe é perguntado, reduzindo-o à função do trabalho que desempenha. Na fábrica, é preciso se calar o tempo todo, deixando claro que, “manda quem pode e obedece quem tem juízo”. Há um controle do dizer produzindo um silenciamento do sujeito trabalhador, objetivando-o ao trabalho braçal e à obediência à voz do chefe/patrão.

O segundo capítulo, “Breve genealogia da voz e da escuta populares”, traz como primeiro subtítulo “A fala pública popular e a escuta popular da fala pública”, cujo objetivo é, em síntese, esquadrihar uma genealogia dos dizeres antigos e dos atuais “[...] a propósito dos vícios e incapacidades atribuídos aos desempenhos oratórios e

interpretativos das classes populares” (PIOVEZANI, 2020, p. 73). Para tanto, serve-se o autor de um aparato teórico para tecer alguns fundamentos da lógica da distinção aplicada à voz e à escuta. Por fim, conclui que a fala pública, no decorrer de todo horizonte histórico, de Plutarco a Lula, sempre foi objeto de uma escuta altamente elitizada, envolta de preconceitos, condenações e menosprezos.

O segundo subtítulo, “Fundações antigas – Antiguidade: igualdade e liberdade de fala, *ma non troppo*”, retoma certos autores da retórica antiga para apontar marcas atribuídas à fala e à escuta populares, com ênfase aos gregos e aos romanos em seus pronunciamentos públicos, nos quais evidencia-se uma valorização do corpo e da voz. Oportuno lembrar, ainda que de modo resumido, que o autor aponta, nesse período histórico, a existência de uma dicotomia consubstanciada na existência de uma aristocracia, de um lado, e uma plebe analfabeta, de outro, sendo que a razão e o refinamento do espírito seria atributo da primeira, em detrimento de uma limitação intelectual da segunda.

Após a abordagem referente à Antiguidade, o autor passa à análise do período medievo, sob a epígrafe “Idade Média: a fala de Deus às gentes simples”, buscando demonstrar a predominância dos enunciados de Santo Agostinho no referido período, particularmente endereçada aos padres e aos demais pregadores quando no ofício da “[...] escuta popular da palavra de Deus” (PIOVEZANI, 2020, p. 93), na medida em que a grande preocupação das eclesiásticas estava no fato de que a boa nova fosse compreendida em uníssona pela sua imensa massa de devotos, para que estes continuassem fiéis à igreja.

Daí porque a recomendação, nesse momento, quanto à oralidade, a qual deveria ser a mais simples possível, de modo que o povo pudesse compreendê-la, ainda que o pregador recebesse a censura dos gramáticos, pois caberia aos padres pregadores a recorrência às formas cotidianas da língua, ainda que sob a pecha de cometerem “erros gramaticais”, ante a utilização da língua em sua vertente “vulgar”. Por fim, um último, porém fundamental aspecto da fala e da escuta na era medieval, qual seja: não se fazia o mesmo sermão para a massa e para a elite.

Concluído o estudo do período medieval, passa o autor a se debruçar sobre as “Revoluções modernas, ocorrida na Era Moderna: um antigo regime de discriminações”, quando então ressalta a perpetuação de inúmeras discriminações e estigmas das vozes populares, desprovidas de legitimação e espaço público, especialmente naqueles reservados aos fóruns e aos tribunais políticos.

Segundo a perspectiva traçada pelo autor, na Idade das Luzes, época que ficou conhecida como “a era da eloquência” e também o período em que floresceram as

ideias racionais dos filósofos e cientistas, assistiu-se a uma verdadeira “[...] idade das trevas para a comunicação de viva voz dos pobres e dos marginalizados [...]” (PIOVEZANI, 2020, p. 101), período em que a linguagem cotidiana fora concebida como algo desprezível e até mesmo abjeta.

É justamente nesse período que o autor acentua a circunstância de que o preconceito impedia que qualquer assunto fosse verbalizado publicamente por qualquer pessoa, de qualquer modo, em qualquer ocasião. O povo em si continuava sendo interpretado e reduzido à espécie destituída de linguagem ou, quando muito, detentores de instrumentos ou recursos de expressão demasiadamente rudimentares, toscos e primitivos.

Em “Modernidade: uma revolução igualitária?” o autor traz a ideia inaugural de que o povo, finalmente, poderia falar por si mesmo, pois assistia-se, àquela época, “a invenção da liberdade” ou, ao menos, estava em voga um discurso de verdadeira apologia à liberdade, ante o contexto revolucionário francês. Porém, pondera Piovezani que, muito embora a entrada na modernidade tardia acarreta certa perturbação nas tradições e nos costumes antigos, tais mudanças não refletiram substancialmente no âmbito da voz do povo, o qual continuou alvo de estigmas e preconceitos cultuados desde a ancestralidade.

Ainda nesse período histórico, mas especificamente no contexto da Revolução Francesa, um aspecto é enfatizado pelo autor ao trazer a figura do “porta-vozes do povo”, acarretando assim a quebra do privilégio de fala, antes reservado à classe política, em especial os deputados. Por outro viés, o bom desempenho na fala e na escrita passou a atuar como via de acesso à obtenção de conhecimento e notoriedade social, o que no contexto do território brasileiro passou ainda a ser visto como uma “busca pela glória” e “pelo medo de errar” (PIOVEZANI, 2020, p. 123) quando os falantes se colocavam numa situação de fala.

Após todo esse itinerário, aporta o autor nos dias de hoje, mediante a deflagração de suas “Mutações contemporâneas”, ou seja, “Contemporaneidade: metamorfoses e reformas, avanços e conservações”, cujo instigante subtítulo já nos oferece uma ideia a respeito de uma permanência e alguma ruptura em torno das vozes populares. Exatamente nesse sentido, pontua o autor: “continuidades relativas, inflexões de maior ou menor grau e rupturas mais ou menos drásticas ou sutis marcaram os desempenhos oratórios populares e seus regimes de escuta das falas públicas” (PIOVEZANI, 2020, p. 123).

Por fim, o “Brasil contemporâneo: impossibilidades de uma oratória popular brasileira”, surge com a ideia de que a fala dos sujeitos numa determinada sociedade

são determinados por uma historicidade, não se limitando ao tempo, às contingências de cada época, nem tampouco às fronteiras geográficas. Segue o autor num esforço de análise e interpretação de alguns estudiosos e algumas publicações que abordam o contexto da retórica do Brasil no início do século XX, como *A história da fala pública*, de Alcízelo de Souza, bem como diversos excertos de jornais da época, como o *Correio Paulistano*, especialmente da coluna *A Plebe* que, malgrado o nome, não pode ser vista como um “[...] espaço de livre e direta expressão” (PIOVEZANI, 2020, p. 174).

Com ênfase na desigualdade social, o professor retoma um pouco a História do Brasil para resgatar a ideia de que, ao lado da propriedade privada, formou-se uma “casta letrada”, donos de uma escritura numa sociedade analfabeta, numa espécie de sacralização da escrita titularizada por religiosos, advogados e burocratas da administração em geral, os quais monopolizavam os recursos linguísticos em detrimento de uma massa popular composta, principalmente, por índios, escravos e mulheres, todos eles iletrados.

Na esteira desse entendimento, no terceiro capítulo, Piovezani analisa alguns enunciados, divulgados pela mídia, sobre a fala, o corpo e a voz de Luiz Inácio Lula da Silva, enquanto candidato, presidente e ex-presidente. Também dividido em quatro subtítulos, o capítulo inicia-se com a parte nomeada “Nem livres nem iguais perante a língua”, fazendo uma retomada do que foi dito na introdução e dialogando com alguns conceitos importantes sobre o discurso, conforme apresentados por Foucault, alguns em *A arqueologia do saber* e outros em *A ordem do discurso*, tais como: a raridade do discurso que, por ter essa característica, batalhas são travadas por ele; o discurso é aquilo pelo que se luta; e os procedimentos de interdição do discurso. O autor faz essa retomada teórica explicitando e relacionando com seu objeto, a voz do povo, com o objetivo de ratificar sua tese: “a de que uma sociedade hegemonicamente desigual e conservadora consolida meios de calar e menosprezar tanto os discursos que reivindicam sua transformação quanto os modos de dizer daqueles que ela exclui” (PIOVEZANI, 2020, p. 246).

No subtítulo “O verbo, o corpo e a voz do candidato”, é feita uma análise de vários fragmentos extraídos de dois veículos de comunicação: Folha de São Paulo e Revista Veja. Piovezani observa que a fala do então candidato à Presidência é avaliada, pelos veículos de comunicação, como agressiva e grosseira, e sua língua como deformada. Os enunciados analisados são carregados de discriminações e há preconceitos expostos a respeito da língua, do corpo e da voz de Lula.

Na sequência, temos o terceiro subtítulo, “O verbo, o corpo e a voz do presidente”, em que Piovezani analisa o texto de Gilberto de Mello Kujawski, “O

linguajar de Lula”, publicado pelo jornal Estado de S. Paulo, em 17/02/2005. O autor desse texto aponta a fala de Lula como “tosca” e “grosseira” e fala de “erros” de sua linguagem. Nas análises, Piovezani destaca que tal referência à fala de Lula, além de estar impregnada de preconceitos, visa, de forma banal, a deslegitimar as ações do presidente, partindo da premissa de que o mau exemplo linguístico e comportamental teria consequências em sua incapacidade para governar.

O último subtítulo, “O verbo, o corpo e a voz do ex-presidente”, analisa o texto de Ruth de Aquino, “A voz de Lula”, publicado na revista *Época*, em 30/03/2012. A autora coloca Lula como “o presidente que cometeu mais gafes na história do Brasil” e, embora elogie sua eloquência oratória, a desqualifica pela expressão citada, havendo julgamento do seu dizer, pois, para ela, a ignorância e o mau gosto da massa e do povão serão atraídos por aquilo que os representa. Mais uma vez, o povo e a voz daqueles que o representa são discriminados. Com base em toda essa investigação e em suas análises, Piovezani constata que “as marcas populares presentes na língua, no corpo e na voz do político mais popular da história brasileira foram constantemente vítimas de depreciações e ataques” (PIOVEZANI, 2020, p. 265).

No epílogo intitulado “Por uma metalinguagem da emancipação popular”, Piovezani parte do pressuposto de que “há casos em que a fala sobre a fala se mostra como ação libertadora e como instrumento privilegiado de libertação. Em sua ambivalência, a metalinguagem guarda em si a possibilidade de ser veneno, mas também a de ser antídoto” (PIOVEZANI, 2020, p. 269). Nesse sentido, o que se diz sobre a fala do povo pode ser dito por um mal-informado que esteja a serviço da perpetuação de discriminações e exclusões, fruto de preconceitos, ou pode ser provido, por outro lado, por uma ciência comprometida com as causas populares e, assim, carregar um grande potencial emancipatório. No decorrer do texto são apresentadas algumas histórias em que a metalinguagem operou essa emancipação popular e produziu uma ação libertária.

Em nossa leitura, pudemos observar que Piovezani elege o método arqueogenalógico para o desenvolvimento do seu trabalho. Arqueológico nos termos do que propõe Foucault (2010) em *A arqueologia do saber*, ao descrever o enunciado como a unidade elementar do discurso que, por sua vez, tornou-se o objeto de investigação da Análise do Discurso. O autor de *A voz do povo* faz uma análise de enunciados, em seu último capítulo, como vimos anteriormente, publicados pela mídia sobre a fala, o corpo e a voz do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de sua existência material e considerando as articulações e as condições de produção (sócio-históricas), portanto, busca compreender o acontecimento discursivo que propicia o aparecimento desse

determinado discurso sobre a fala de Lula e não outro em seu lugar, território metafórico ou metonímico do próprio povo brasileiro, haja vista que “a língua, o corpo e a voz de Lula carregam marcas do povo brasileiro” (PIOVEZANI, 2020, 29).

Entretanto, também observamos em *A voz do povo* outro método apresentado nos trabalhos de Foucault, e que ele chama de genealógico, o qual tem por objetivo investigar os dispositivos e as matrizes normativas de comportamento, não numa perspectiva de um poder institucional de dominação, mas as técnicas e os procedimentos que visam conduzir condutas. É possível observar uma genealogia da voz do povo, mais especificamente no segundo capítulo, em que Piovezani faz uma “Breve genealogia da voz e da escuta populares”, buscando investigar, desde a antiguidade até a contemporaneidade, as falas populares em diferentes momentos da história e em diferentes condições de produção, para identificar as relações de poder instauradas, bem como os desdobramentos das lutas coletivas e individuais manifestadas. No primeiro capítulo, também observamos o autor fazendo certa genealogia das relações de poder sobre a voz do povo, especialmente quando escreve sobre as falas e os silêncios no chão da fábrica, mostrando como o trabalhador é silenciado e, de certa forma, como os padrões buscam moldar os comportamentos por meio desse silenciamento e por marcações das posições sujeito do discurso: “gerente”, “operário”, “patrão” etc.

Ainda pelo viés foucaultiano, entre os procedimentos de controle do discurso teorizadas pelo pensador francês, temos a interdição, isto é, aquilo que podemos nomear de “palavra proibida”, o que significa dizer que não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa, em qualquer situação. Há lugares de fala, de onde emergem enunciados que não foram ditos de qualquer lugar, interdição esta que, nas palavras de Foucault, recebem a seguinte formulação: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2009, p. 9).

Piovezani, mais uma vez, endossa o preceito de Foucault ao reiterar em sua obra que: “Assim, a filiação a determinadas ideologias, em conjunto com esses mecanismos de controle do discurso, faz com que não seja possível a qualquer um falar qualquer coisa em qualquer circunstância” (PIOVEZANI, 2020, p. 28), o que nos autoriza dizer, ainda, que o discurso não é neutro ou transparente (FOUCAULT, 2009).

Partindo de uma definição simples, porém arrojada de discurso, a partir da teoria foucaultiana, Piovezani acentua o lugar de fala do sujeito como território ideológico demarcado, cujas estacas delimitarão o que falamos “deste ou de outro modo”, isto é,

a forma como nos expressamos contribuirá diretamente na formação deste ou daquele sentido no âmago do discurso.

Assim, o fato de determinado sujeito expressar-se fazendo o uso da norma culta, isto é, deste modo e não de outro, o colocará numa situação de presumível privilégio ou dominação social em detrimento daquele que, em contexto muito semelhante, dizendo a “mesma” coisa, fará uso de uma variante linguística que, segundo a leitura de alguma elite, configuraria um falar “errado”. Preconceito este historicamente consolidado como um estigma, especialmente na sociedade brasileira. A respeito desse contexto, Piovezani assinala a existência de uma verdadeira ignorância no que toca à heterogeneidade dos usos e dinâmica da língua, o que resulta num “preconceito inconfessado de classe”.

## REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

PIOVEZANI, Carlos. **A voz do povo: uma longa história de discriminações**. Petrópolis: Vozes, 2020.